

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE AS IDENTIDADES DE CLASSE

Uma leitura orientada para o estudo de trajectos de vida em fuga da pobreza

[Comunicação Oral ao X Congresso Luso-Fro-Brasileiro de Ciências Sociais, Braga, Fevereiro 2009]

Assiste-se hoje em dia a um movimento de reconversão nos estudos sobre as classes sociais orientado pela ideia de que é preciso dar mais relevo aos processos culturais, à formação de identidades, aos estilos de vida e ao gosto e proceder ao exame directo do modo como as posições de classe são vividas. O que esta nova geração de estudos propõe são novos modelos analíticos em que o foco são os processos culturais e o modo como estes estão implicados em tipos específicos de práticas sociais. As culturas de classe deixam de designar tipos de colectividade com comportamentos próprios e passam a ser vistas como modos de diferenciação, em que as classes operam através de distinções individualizadas e comparações relacionais com membros de outras classes. O que é designado como identidade de classe é um certo sentido das distâncias sociais dentro das hierarquias, que recorre às diferenças culturais para se exprimir.

Este texto recenseia os desenvolvimentos teóricos e as bases empíricas desta linha de trabalho - que emerge na sociologia britânica a partir do final da década de 90, com o trabalho de autores como Savage, Skeggs, Reay, ou Bottero - e ensaia uma breve reflexão sobre a aplicação de algumas destas teses e conceitos ao estudo das identidades de indivíduos e famílias urbanas que experienciam processos de mobilidade ascendente desencadeados a partir de situações de pobreza e exclusão social.

No quadro mais amplo das ciências sociais e particularmente a partir da sociologia britânica desde o final da década de 90, tem vindo a crescer um movimento de renovação da análise das classes que considera esgotadas as formulações teóricas tradicionais e ensaia diversas abordagens que enfatizam os processos culturais e a componente dos estilos de vida na demarcação de posições no interior das estruturas de desigualdade. Partindo por vezes de noções relativamente difusas do conceito de classe que pretendem relacionar as desigualdades com processos mais abrangentes de divisão social e diferenciação cultural, o que caracteriza este conjunto de autores é situar a análise nas práticas quotidianas e nas representações vulgares, o que justifica a associação da perspectiva ao estudo do que genericamente é apelidado de 'identidades de classe'.

O interesse por estas dimensões ditas 'subjectivas' sempre existiu na sociologia das classes e da estratificação, ainda que as perspectivas prevaletentes no passado usassem linguagens e mantivessem objectivos distintos. A análise tradicional assentava num modelo "Estrutura-Consciência-Ação" (Savage, 2000, p.26), em que as estruturas eram vistas como conduzindo a acção através de formas particulares de consciência de classe, o mesmo é dizer, pressupondo-se a necessidade da existência de grupos com a noção de si próprios e dos seus interesses e, portanto, a existência de identidades intermediando a relação entre condições estruturais e formas de acção. As grandes questões teóricas giravam em torno da consciência de classe, particularmente da consciência que os trabalhadores tinham da sua pertença a uma classe e da sua inserção numa estrutura de classes e, depois disso, em saber em que medida é que os mesmos trabalhadores se mobilizavam para defender os seus interesses de forma organizada. Dentro desta lógica, as identidades de classe figuravam menos como um problema em si do que como uma tradução empírica das questões de fundo colocadas pela consistência e coesão demonstradas pelas consciências de classe.

É durante os anos 50 que nos surgem as primeiras investigações dedicadas especificamente às identidades e ao significado que as pertenças de classe tinham para a vida dos trabalhadores industriais e das suas famílias. Seguindo uma abordagem típica dos estudos de comunidade, estes estudos britânicos (Dennis *et al.* 1956; Young e Willmott, 1983, entre muitos outros) procuravam identificar directamente as marcas de classe em várias dimensões da vida quotidiana, desde as baixas remunerações do trabalho à precariedade dos alojamentos e à exiguidade de acesso a bens materiais, condições consideradas fundamentais para o desenvolvimento de sentimentos e laços de solidariedade nos locais de trabalho e nas áreas de residência e para a existência de uma forte consciência operária e de oposição às classes proprietárias e aos seus modos de vida.

Não deixa de ser irónico o facto destes estudos se realizarem exactamente no momento em que as estruturas produtivas e socioprofissionais europeias apresentavam sinais inequívocos de mudança. Eles permitem-nos hoje resgatar a memória de um operariado tradicional que começava já a desaparecer e a ser substituído por um novo segmento de trabalhadores com mais qualificações, melhor remunerados, cujo nível de vida fazia despertar aspirações ao consumo. Chegou-se a pensar na época que estes novos membros das classes trabalhadoras, por serem privilegiados relativamente aos seus antepassados, se veriam a si próprios como parte das classes médias, procurando emular os estilos de vida do grupo que passara a constituir a sua referência. A "tese do aburguesamento", como ficou conhecida, foi posteriormente refutada pela análise sociológica, em particular por Goldthorpe e Lockwood em *The Affluent Worker* (1969). Nesta obra, os autores reconheciam a importância das mudanças sociais ocorridas, mas refutavam a suposta promoção da classe operária às classes médias, bem como a tentativa de explicar essa integração ligando-a ao crescimento da riqueza disponível. Para eles, as verdadeiras mudanças encontravam-se nos comportamentos e no imaginário das classes operárias, nomeadamente numa visão mais instrumental do trabalho que estaria ligada à alteração das condições laborais e numa certa privatização dos modos de vida, em resultado da melhoria dos padrões habitacionais. Assinalavam igualmente a tendência dos novos operários para diferenciar as classes de acordo com os níveis de rendimentos e os estilos de vida e para aplicarem esses mesmos critérios materialistas ao tratarem de se fazer incluir numa classe média alargada na qual reuniam todos os trabalhadores, sem respeitarem a

divisão clássica entre trabalho manual e não-manual. Na sua visão das desigualdades não caberia a consciência de uma identidade e de interesses próprios, como acontecia com o operariado tradicional, mas sim uma valorização das aspirações materiais e a aceitação da ordem estabelecida.

The Affluent Worker foi uma obra controversa na época em que foi editado, mas acabou por se tornar um marco na investigação sobre as classes sociais. Nos anos que se lhe seguiram, as investigações produzidas na sua senda reforçaram as dúvidas sobre a capacidade dos membros das classes trabalhadoras defenderem uma imagem clara e consistente do conjunto da estrutura de classes e da posição por si ocupada nessa estrutura, enquanto, simultaneamente, se ia instalando a convicção entre os especialistas de que a ambivalência seria o traço definidor da postura dos trabalhadores face às desigualdades e aos sistemas sócio-políticos que as sustentam. Na opinião de autores como Devine (2004: 194), o consenso gerado acerca da ambivalência das classes trabalhadoras justificaria só por si o impasse em que se caiu desde então no estudo da consciência de classe. Dos anos 80 a esta parte, o debate é definitivamente reorientado pela passagem para primeiro plano do conceito de identidade e pela incerteza sobre a relevância que as classes continuam ou não a ter enquanto base para a identificação social.

A década de 80 mal tinha começado quando, de fora da especialidade, começaram a fazer-se ouvir os primeiros ecos de teses que proclamavam o declínio das identidades de classe. Segundo estas teorizações, o enfraquecimento das identidades fundadas nas pertenças de classe seria um dos aspectos fundamentais das profundas transformações sociais e culturais contemporâneas que decorreriam da ultrapassagem histórica do antigo paradigma de relações das sociedades capitalistas e industriais. Entre os autores que defendem o ponto de vista da passagem à ‘modernidade tardia’ ou o do advento de uma ‘sociedade pós-moderna’, sobressaem os nomes de Bauman, Giddens, Beck e Lash e Urry. Não constituindo propriamente uma corrente, estes autores encontram na tese do fim das classes um dos poucos temas unificadores. Vejamos algumas das ideias mais representativas que a propósito nos são propostas pelos dois primeiros.

Bauman (1982, 1989) identifica a individualidade e a liberdade como valores matriciais da modernidade, necessidades estabelecidas por um contexto societário em que “tendo quebrado todas as grilhetas que amarravam as pessoas quase definitivamente a posições impostas, os tempos modernos encontram indivíduos com a tarefa cruciante de construírem a sua própria identidade social” (1989, p. 101). Com a passagem à modernidade tardia, verifica-se uma nova expansão das condições de liberdade em que se processa a auto-afirmação pessoal, facto que, na perspectiva do autor, resulta da transferência da competição identitária da área da produção material para a esfera do consumo. A competição que decorre através das actividades de consumo é mais livre porque, podendo continuar a envolver objectos materiais, se joga sobretudo no domínio simbólico: o que está em causa, mais do que a simples posse de bens, é a distinção proporcionada pelos símbolos de prestígio que se conquistam.

A este nível, a complementaridade das propostas de Giddens (1992, 1994) em relação a Bauman é notória. Temos de novo as condições impostas pela ordem pós-tradicional da ‘modernidade líquida’ como pano de fundo sobre o qual decorrem as transformações nas formas de estruturação da identidade pessoal, mas a palavra-chave para entender estes processos é agora ‘reflexividade’. Ou seja, perante contextos sociais em que se multiplicam as opções possíveis, crescem também em número e complexidade os riscos que têm de ser avaliados e filtrados através da mobilização de sistemas abstractos e do conhecimento elaborado por peritos, tarefas que exigem dos indivíduos um “planeamento da vida organizado de modo reflexivo” (1994, p.5). As escolhas que reflexivamente há que realizar são entre estilos de vida, uma vez que, segundo Giddens, “por causa da ‘abertura’ da vida social de hoje, da pluralização de contextos de acção e da diversidade de ‘autoridades’, a escolha de um estilo de vida tem uma importância crescente na constituição da auto-identidade e da actividade quotidiana” (1994, p.5).

Tanto Giddens como Bauman reconhecem e tentam enquadrar as antigas formas de desigualdade material nas suas teorias de formação da identidade, mas fazem-no de uma forma que não é completamente esclarecedora. Para Giddens, “as divisões de classe e outras linhas fundamentais de desigualdade, tais como as que se relacionam com o género ou a etnicidade, podem em parte ser definidas em termos de acesso diferenciado a formas de auto-realização e capacitação” (1994, p.5). Mesmo os pobres, impossibilitados de escolher estilos de vida, não estariam absolutamente fora do sistema, uma vez que “‘estilo de vida’ refere-se também a decisões tomadas e cursos de acção seguidos em condições de constrangimento material extremo” (1994, p.5). A autonomia concedida ao projecto reflexivo do *self* cria uma tensão face às determinantes das estruturas de desigualdade que Giddens não resolve, deixando de algum modo a impressão de que a busca e a manipulação expressiva de estilos de vida pode recobrir e absorver os traços das pertenças de classe e étnicas na formulação de identidades.

Quanto a Bauman, as conclusões são mais inesperadas. A sua caracterização inicial do mercado de consumo como um espaço de liberdade “que pode ser usado por toda a gente” (1989, p.102) é desmontada e negada posteriormente quando introduz na análise os pobres. O estado de pobreza absoluta dos materialmente destituídos corresponde a uma condição social de exclusão “causada principalmente pela inaptidão para desempenhar o papel de consumidor, e depois confirmada, legalmente corroborada e burocraticamente institucionalizada como condição de heteronomia e de não-liberdade” (1989, p.136). Estes pobres vêm-se privados da liberdade de se auto-afirmarem através do consumo e, simultaneamente, condenados a viverem com uma identidade diminuída e a “procurar refúgio em casa, que passa a servir de sítio que protege da ameaça real ou imaginária da condenação comunal, do ridículo ou da compaixão” (1989, p.137). Mas a pobreza é uma situação muito mais abrangente na sociedade de consumo. Aos primeiros, pobres ‘reprimidos’, juntam-se todos os ‘seduzidos’, aqueles que terão sempre muito menos do que aquilo que desejam e que transformam “a esmagadora maioria do resto da população em ‘subjectivamente pobre’ ” (1989, p.155). Finalmente e ao contrário do que se esperaria, o consumo

para Bauman não cria uma sociedade de indivíduos livres e autónomos, antes redirecciona e restringe a competição identitária e torna a liberdade um privilégio de poucos. Desaparecidas as classes, persistem as desigualdades no tempo da 'modernidade líquida'. A sociedade é agora estratificada pelo consumo e a liberdade de escolha - ou a sua ausência, tornam-se os critério de colocação nas hierarquias, de definição das identidades sociais e da exclusão de grande parte dos consumidores.

Ao mesmo tempo que Giddens e Bauman publicavam estas teses, outras vozes, provenientes de quadrantes diversos, repetiam com argumentos próprios a mesma ideia do fim das classes, chamando a atenção quer para a desactualização ou exaustão do conceito (Pahl, 1989), quer para o desaparecimento das classes enquanto principal factor de acção colectiva (Pakulski e Waters, 1996). Não se pode todavia concluir, a partir destas propostas isoladas, que a interpelação dirigida pelos autores pós-modernistas à sociologia das classes tenha tido, pelo menos em termos imediatos, grandes repercussões. As réplicas que surgiram foram sobretudo defensivas e limitavam-se a denunciar, através de breves referências, a inconsistência e o carácter antagonista desse argumentário face à teoria das classes. Exposições críticas mais substanciais, da parte daqueles que continuam a acreditar que as desigualdades de classe constituem ainda hoje um dos principais factores de estruturação das relações sociais, aparecem bastante mais tarde, sobretudo no quadro de um processo de profunda discussão sobre o conceito de classe e sobre a necessidade de renovar e redireccionar os modos de proceder à sua análise (Savage, 2000; Skeggs, 2004; Atkinson, 2007a, 2007b).

Evidências empíricas do apagamento identitário das classes

Retomemos então a evolução da sociologia das classes da década de 80, época em que o conceito em causa nos estudos sobre as subjectividades de classe não é já a consciência mas as identidades de classe. Empiricamente, a análise das identidades incidia, por um lado, sobre as percepções que as pessoas tinham da estrutura de desigualdades e das classes que a constituíam e, por outro, sobre a sua identificação com categorias de classe particulares e pelo modo como estas categorias influenciavam as suas predisposições sociais e tendências políticas. Este conjunto de questões traduzia de facto um problema fulcral para muitos dos autores deste e de outros períodos: a proeminência das classes nas representações do mundo e na vida dos actores sociais.

Os investigadores que avançam para o terreno com pesquisas conduzidas segundo esta óptica são Gordon Marshall (1988) e Fiona Devine (1992). Separadamente, ambos detectam a presença entre os trabalhadores britânicos de representações muito fortes acerca da existência de divisões de classe na sua sociedade e a capacidade para identificarem com maior ou menor clareza as posições de classe por si ocupadas. No caso de Marshall as identificações são firmes, enquanto no de Devine se revelavam alguns sinais de ambiguidade, patentes nos sentimentos de desconforto em relação ao tema das classes ou dos estatutos a elas associados, bem como na descrição da estrutura de classes em termos de riqueza ou níveis de vida. Estas identidades apresentavam ainda como traço comum o seu prolongamento na esfera política, através das tendências de voto em actos eleitorais e na maior proximidade em relação a determinadas forças políticas e sindicais, mas não davam origem a formas mais activas de mobilização. Estes dados provaram aos olhos dos investigadores que, apesar das profundas transformações socioeconómicas registadas durante a segunda metade do século, as classes mantinham toda a actualidade como factor poderoso de identificação para os trabalhadores. Segundo Savage (2001, p. 876), Devine considerava que a proeminência das identidades de classe era uma consequência das formas de organização colectiva no quadro institucional criado pelas democracias. Mesmo os sinais, por vezes perceptíveis, de ambivalência nas identificações, poderiam ser justificados pela natureza fracturada e conflitual de tudo o que é do domínio político nas sociedades pluralistas e democraticamente regidas.

Os resultados apresentados por Devine e Marshall não tardaram a ser contraditados. Estudos sucessivos publicados nos últimos anos da década de 90 (Skeggs, 1997; Reay 1998; Bradley, 1999 e Savage, 2000) vieram revelar atitudes invariavelmente hesitantes e ambíguas em relação às categorias de classe, da parte de inquiridos que se mostram bem mais relutantes em reclamar ou assumir com firmeza qualquer identidade de classe. Embora não tenham dificuldade em reconhecer a persistência de dimensões de desigualdade ou em renunciarem-se sobre as classes de um ponto de vista político, resistem quando se trata de definir a sua posição e chegar mesmo, nalguns casos, a recusar qualquer identificação. No primeiro dos estudos mencionados (Skeggs, 1997), a população estudada é composta por jovens mulheres que procuravam dissimular ao máximo a sua pertença à classe trabalhadora, na presunção de que os estigmas e a condenação moral que, de acordo com as suas representações, incidiam sobre esta categoria, resultariam inevitavelmente em prejuízo identitário para quem assumisse essa condição. O distanciamento em relação à classe de origem era construído por meio de sinais de respeitabilidade que podiam ser acumulados, investindo na maneira de vestir, na decoração das casas e na educação dos filhos. Ainda que estes comportamentos remetessem directamente para a influência de um grupo de referência concreto, as mulheres repudiavam igualmente a identificação com as classes médias que apelidavam de pretensiosas. O que subjaz a esta projecção identitária não é uma vontade frustrada de se verem confundidas com a classe média, mas o desejo da parte das mulheres de conquistarem a valorização e o respeito com o qual a patologização da classe trabalhadora é incompatível. A autora é categórica quanto a este aspecto: "As mulheres podem desidentificar-se relativamente à classe trabalhadora mas isto não significa que queiram assumir por completo a pertença à classe média. Muito embora o imaginário da classe média possa representar elegância e sofisticação, a classe média real pode comportar-se de um modo com o qual as mulheres não querem ser identificadas" (Skeggs, 1997, p.93). Estaremos, assim pensa Skeggs, perante uma atitude que é de ordem política, de oposição às arbitrariedades das categorizações sociais, mas que simultaneamente prova como nas lutas pela identidade não é possível escapar ao poder das classes.

Num segundo trabalho, da autoria de Reay, encontramos relatos e uma análise largamente coincidentes com Skeggs. A abordagem às relações entre mulheres e classes sociais é feita, neste caso, por um ângulo particular que tem a ver com o envolvimento das mães na educação escolar dos seus filhos. Numa amostra mista, constituída por mulheres de classe trabalhadora e de classe média, as identificações em termos de classe constroem-se indirectamente através de discursos de identidade e diferença, que se servem, por exemplo, do tema da patologização de certos comportamentos e grupos para demarcarem posições. Opções mais claras de auto-identificação só surgem, na maioria dos casos, quando solicitadas e adoptam a mesma linguagem de distinção entre “pessoas como nós” e “pessoas diferentes de nós”. É à mesma terminologia que se recorre para dar conta da incapacidade em lidar com a instituição escolar e tirar partido dos recursos que distribui: “a maioria das mães da classe trabalhadora e das mães que tendo origem na classe trabalhadora se consideravam da classe média ou sem classe, usavam a retórica de ‘pessoas como nós’ para narrativamente criarem uma imagem contrastante de outros mais privilegiados e deste modo explicarem porque é que lhes podia ser negado o sucesso escolar que tanto desejavam para as suas crianças” (Reay, 1998b, p.269). Sem que a palavra ‘classe’ seja nomeada, as narrativas deixam perceber que são as identidades diminuídas, a noção da falta de recursos materiais e culturais e os sentimentos de ausência de poder que influenciam as atitudes e a interacção das mães trabalhadoras com as escolas. Estas atribuições quotidianas de sentido com impacto na escolaridade são consideradas processos de classe e demonstram até que ponto as classes trabalhadoras se podem ressentir das suas fragilidades identitárias.

Do ponto de vista das identidades de classe, os casos documentados por Savage e Bradley reforçam os relatos anteriores. A investigação de Savage é particularmente elucidativa porque reúne num único retrato quatro aglomerados urbanos diferentes, todos de classe média, nos quais a larga maioria da população ou não atribui a si própria uma posição de classe, ou resiste à ideia e acaba por se definir de um modo hesitante. Aqui, os comportamentos defensivos e a procura de distanciamento em relação às classes traduzem-se no modo como os entrevistados se classificam como ‘pessoas normais’, isto independentemente de nalguns casos considerarem que fazem parte das classes médias e noutros se reverem nas classes trabalhadoras. O mais importante não será a maneira como “se definem a si próprios em termos de classe: o que lhes interessava enfatizar era serem ‘pessoas normais’” (2000, p.116). As classes continuam a afectar as auto-identidades, mas agora de outra forma, uma vez que “as pessoas vêem as classes como uma ameaça que polui a sua ‘normalidade’. A ‘normalidade’ é também vista como uma construção relacional a partir da qual se estabelecem contrastes com outros que estão colocados acima e abaixo de nós próprios. O termo ‘classe’ pode ser usado neste contexto como uma categoria que as pessoas empregam para se diferenciarem de outras pessoas” (2000, p.116). O que Savage parece quer sugerir é que o estatuto de normalidade que os sujeitos reivindicam será uma maneira indirecta de repudiar a atribuição de identidades de classe, uma vez que esta “coloca a possibilidade das pessoas não serem verdadeiros indivíduos mas produtos de uma localização social” (2001, p.890).

Referências mais seguras e confiantes às identidades de classe apareciam apenas em grupos minoritários cuja trajectória de vida tinha afastado para longe dos lugares de partida. Geralmente eram homens, pelas condições objectivas, de classe média, com percursos de mobilidade, que, contra a regra, manifestavam abertamente o seu orgulho de ter pertencido às classes trabalhadoras. Embora excepcional, esta atitude mais livre para reflexivamente jogar com as etiquetas de classe reintroduz a ideia de uma força moral da identidade da classe trabalhadora, facto inesperado se pensarmos na imagem de decadência e de sujeição às condenações de classe que dominava as interpretações anteriores.

Bradley descobre as mesmas identificações positivas com a classe trabalhadora numa parte da população junto da qual desenvolveu o seu estudo, homens e mulheres de um vasto leque de condições sócio-ocupacionais que iam da classe média, à classe trabalhadora, passando pela classe média-baixa. A esmagadora maioria dos indivíduos que entrevistou acreditava que na sociedade inglesa existiam desigualdades e era capaz de identificar uma estrutura com diferentes classes. Contudo, quase metade não sabia ou não queria identificar a posição que ocupava e não escondia a sua vontade em se demarcar das classes, dadas as conotações pejorativas que elas lhe suscitavam. O dado original era que, entre aqueles que estavam dispostos a identificar a sua posição de classe, as identificações com a classe trabalhadora triplicavam as da classe média, muito embora fossem bem mais os que tinham profissões habitualmente associadas com a classe média. Uma parte destes posicionamentos provinham de indivíduos com trajectórias pessoais que os haviam projectado para cima nas hierarquias, mas que ainda assim permaneciam ligados aos valores e se identificavam espontaneamente com as classes trabalhadoras. Bradley atribui estas ambiguidades à mobilidade ascendente dos sujeitos e ao hibridismo das suas experiências sociais, não deixando contudo de ver nelas uma marca do enfraquecimento das identidades de classe (Bradley, 1999, p.158). De algum modo, a possibilidade deste tipo de situações ocorrerem estava já previsto em teorizações anteriores, nas quais o autor reflectiu sobre a fracturação das identidades contemporâneas e os vários processos de diferenciação e fragmentação - nomeadamente económicos e étnicos, que lhe podiam estar associados e que, em última análise, conduziriam à quebra da “relação necessária entre localizações sociais e identificação” (Bradley, 1996, p. 212).

Sumariámos até aqui algumas das principais pesquisas representativas duma nova geração de análises das subjectividades de classe e vimos como todas elas assinalam uma tendência para que os indivíduos adoptem atitudes ‘defensivas’ ou ‘ambíguas’ face às identidades de classe, não assumindo abertamente filiações identitárias que tenham por base essas categorias. O que passaremos a fazer de seguida é analisar as implicações destas descobertas, primeiro ao nível das tentativas mais elaboradas de interpretar o fenómeno da desidentificação e, segundo, vendo o que estas teses renovadoras significam para o conceito e para a teoria constituída de análise das classes.

Desidentificação e reterorização das identidades de classe

Se tomarmos as perplexidades e as recusas ostensivas reiteradas nos discursos como prova de que as classes deixaram de figurar como princípio definidor das identidades na consciência dos indivíduos, temos que admitir que a desidentificação coloca um problema à análise das classes. Como justificar então o paradoxo representado por sociedades em que a persistência das desigualdades não é acompanhada por reacções conscientes ou, pelo menos, por uma percepção identitária dessa condição estrutural? De que modo pode a teoria das classes incorporar o aparente apagamento das identidades de classe?

É preciso começar por dizer que nenhum dos autores que verificaram os fenómenos de desidentificação se dispõe a admitir que ele seja uma manifestação de processos que possam estar a pôr em causa a continuidade das classes. Antes pelo contrário, a desidentificação representa sob novas formas o prosseguimento dos processos de classe. Quando as mulheres de Skeggs e as de Reay sentem necessidade de contestar ou de dissimular as suas identidades, o que segundo estas autoras elas estão a fazer é a reagir a construções de respeitabilidade que, ao desvalorizarem e estigmatizarem as culturas de determinados grupos, se revelam enquanto processos decorrente de oposições entre as classes. Em Savage, o apagamento das marcas das classes trabalhadoras nas identidades masculinas de homens que passaram por esse grupo, merece uma explicação semelhante. O processo só se verifica porque as associações das classes trabalhadoras a atributos positivos foram destruídas a partir do momento em que as mudanças organizacionais tornaram o trabalho manual dependente e subordinado, reposicionando socialmente os seus protagonistas. As identidades de classe estão hoje, como sempre estiveram, dependentes de processos históricos, de lutas pela imposição de significados e de mudanças nas relações de força entre as classes. A desidentificação é uma manifestação observável desses processos, dependente da vontade (ou da ausência de vontade) de determinadas classes em afirmarem ou tornarem visíveis as suas identidades, de acordo com o momento por que passam as suas relações com outros grupos de desigualdade.

Mas, se não se manifestam pela acção, nem são explicitadas discursivamente, de que modo continuam as classes e as identidades vivas nos comportamentos e nas atitudes? Sigamos a pista de Reay, que nos diz que “a classe é produzida numa dinâmica complexa entre classes, com cada classe a representar para as outras classes o ‘Outro’” (2005, p.14) e recordemo-nos que, em muitos dos depoimentos prestados aos vários investigadores, os entrevistados respondiam aos pedidos para identificarem a classe a que pertenciam classificando-se como ‘pessoas normais’ ou falando de ‘pessoas como nós’ para se distinguirem de outros que seriam ‘pessoas diferentes de nós’. No lugar de filiações com agrupamentos de classe identificados, temos então comparações relacionais com ‘outros tipificados’ ou o que Bottero chama “um sentido relacional de distâncias sociais dentro de uma hierarquia” (2004, p. 990). Estas identidades relacionalmente estabelecidas podem recorrer a formas lexicais menos transparentes para se exprimirem, mas as diferenças e as desigualdades a que fazem referência para se localizarem no espaço social são em larga medida as mesmas das classes tradicionais. Quando as classes são o tema da entrevista ou estão implicadas no assunto em discussão, a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’ envolve invariavelmente aspectos de status e de hierarquia, questões de superioridade e inferioridade material e moral, de julgamento sobre o valor social dos comportamentos. O desaparecimento das referências directas às classes nas entrevistas bem como nos discursos quotidianos é interpretada como um símbolo de como a acção das classes se tornou silenciosa e passa a aparecer codificada em termos distintos.

O conjunto destas propostas renovadoras da análise das classes que temos estado a analisar é fortemente influenciada por Bourdieu. Por exemplo, a proposição segundo a qual os sujeitos não precisam de nomear ou reconhecer as classes para que elas estejam presentes nas suas interacções quotidianas, nos processos institucionais ou nas lutas pela identidade, parece inspirada pelo conceito de gosto de Bourdieu e pela ideia de que a sua eficácia social resulta do facto de funcionar de modo inconsciente, a um nível em que escapa ao escrutínio da vontade (1984). Do mesmo modo que para Bourdieu as desigualdades são reproduzíveis por meio de meras preferências culturais, também outras práticas banais, aparentemente destituídas de significado especial, podem estar implicadas na reprodução das classes sociais e na hierarquização dos indivíduos. Estas formas de acção podem portanto contribuir para o posicionamento social dos indivíduos e construir-lhes identificações tácitas de classe, sem que essa referenciação dependa da existência de identidades de classe rigorosamente definidas na acção e reconhecíveis pelos discursos dos actores.

É possível ir ainda mais longe na busca de influências e encontrar em alguns dos estudiosos das identidades de classe as marcas do pensamento dos paradigmas fundadores da teoria das classes. Disso mesmo são um bom exemplo Skeggs e Reay que, ao considerarem a desidentificação das classes trabalhadoras e o colapso das suas formas de acção colectiva uma consequência das estratégias prosseguidas pelas classes dominantes, denunciam abertamente o comprometimento das suas grelhas de leitura com a teoria marxista clássica. A linguagem do ‘conflito de classes’, sobretudo quando exacerbados os seus significados colectivos, coloca-nos perante o contra-senso de nos fazer regressar a uma concepção colectiva, explícita e categorial, própria dum tempo em que as classes surgiam como entidades mobilizadoras e referências determinantes dos processos históricos. Foi para dar conta de outro tempo em que as classes se tornaram mais discretas e a reprodução das desigualdades e dos privilégios passou a decorrer também numa lógica de diferenciação, segundo processos tácitos e individualizados, que toda a reterorização das classes se iniciou.

Entre a nova geração de autores surgiram igualmente propostas, com um carácter programático mais definido, que por colocarem a identidade cultural no centro da teoria das classes reconhecem, desde

logo, a impossibilidade de manter os antigos arquétipos. Referimo-nos à “análise culturalista das classes”, alternativa avançada por Devine (Devine & Savage 2000) e Savage (2000) e mais tarde subscrita por Bottero (2004, 2005). Ao contrário dos antigos modelos analíticos que pressupunham serem as estruturas de desigualdade e as classes economicamente definidas a dar origem às diferenças culturais e de estatuto, as premissas de Devine e Savage apontam para que o foco da análise incida sobre o modo como os processos culturais estão embebidos em tipos específicos de práticas sociais e económicas. Savage não podia ser mais claro acerca das suas intenções do que quando afirmou que o seu projecto era tratar “a análise das classes como um modo de análise cultural” (2000, p.148), o que, em termos operatórios, obriga a identificar um ou vários contextos da vida social e ver como neles se produzem e reproduzem quotidianamente processos de desigualdade que envolvem, em simultâneo, práticas económicas e culturais. A fusão dos elementos culturais e económicos dispensa a existência de consciências ou identidades formadas pelas classes enquanto entidades, assim como a presença de conjuntos de disposições culturais uniformes; o que estabelece a relação entre classe e cultura é o modo como os aspectos culturais estão implicados em formas de exclusão e dominação.

Do mesmo modo, os indivíduos não têm que reconhecer classes ou identificarem-se com grupos ou categorias de classe, para que os processos de classe tenham lugar e as identidades se exprimam. Cada localização de classe deixou de fornecer aos seus membros uma identidade colectiva, o que transfere para os sujeitos o papel de definir as suas identidades, recorrendo a processos que forçosamente envolvem a comparação e o confronto com membros de outras classes sociais. Savage vê nessa individualização de processos que até aqui eram colectivos, um dos aspectos mais radicais da reestruturação contemporânea do modo de actuação das classes. A outra transformação que destaca e à qual chama “o paradoxo da classe”, (2000, p.xii) deriva do facto de, apesar das desigualdades económicas e sociais continuarem extremamente marcadas, as pessoas não serem capazes de reconhecer a importância estrutural que as classes têm nas suas vidas.

Bottero concorda com Savage e Devine na conceptualização geral que estes autores apresentam numa análise culturalista das classes, mas acrescenta-lhe uma visão hierárquica que, segundo ele, corresponde mais de perto ao modo como as desigualdades funcionam no nosso tempo, além de marcar uma ruptura com a versão oposicional do conceito clássico de classe social: “Os processos individualizados e implícitos das desigualdades posicionais são melhor descritos como estratificação social ou hierarquia. Mas qualquer que seja a nossa linguagem, é importante reconhecer que as questões colocadas pela hierarquia se estendem bastante para além das que emergem das classes” (2004, p.1000). Como se pode ver e à imagem do que já aconteceu com as versões da ‘teoria da desidentificação’ de Skeggs e Reay, também Bottero nos confronta com as velhas clivagens da análise das classes.

Um dos ganhos em representar as classes como ordem hierárquica é, defende Bottero, tornar mais compreensíveis os motivos que levam à invisibilidade de processos que estão tão presentes na nossa vida e que são tão decisivos nas oportunidades de que dispomos, nos estilos de vida que desfrutamos e no sentido que damos à nossa identidade e à dos outros. Se não temos uma maior consciência reflexiva das identidades, uma das razões reside na própria natureza hierárquica das diferenciações, isto é, na existência de múltiplos estratos sobrepostos e divididos por fronteiras que nem sempre são nítidas. Num estudo de Southerton (2002) sobre as fronteiras identitárias de três grupos residentes numa pequena cidade suburbana inglesa, descobriu-se que as narrativas de identificação de grupos, um ‘nós’ e um ‘eles’, se formavam com base na partilha de práticas e de orientações relativas à vida quotidiana. Na demarcação das linhas de divisão eram utilizadas categorizações genéricas de classe, expressas por intermédio de critérios socioeconómicos, culturais e morais de avaliação de status. No entanto, as identificações não eram simétricas, porque apesar de níveis de recursos similares ordenarem internamente as práticas, os valores e as atitudes, estas unidades subdividiam-se e interpenetravam-se em virtude “da localização residencial dentro da cidade (também fruto da mobilidade geográfica) constituir um ‘mundo social’ que fornecia o terreno para percepções sobre a reputação, a competência e as convenções, dando substância e reforçando as categorizações sociais genéricas relacionadas com as características de classe” (p. 191). As identificações estavam, neste caso assim como estarão em muitos outros, baseadas em categorizações de classe, mas o reconhecimento interno de grupos somava a esse factor os elementos de status que resultavam da organização social local.

Acabámos de ver demonstrado como a sobreposição do status à classe fluidifica as divisões entre estratos e complexifica a sua identificação, mas a representação hierárquica das classes indica-nos outros factores para alargar a compreensão da tendência para a invisibilidade das identidades. Depois de produzidas, as hierarquias mantêm-se e são reproduzidas no âmbito de todo o tipo de actividades que preenchem o quotidiano dos indivíduos e em relação a muitas das quais não há nem a intencionalidade nem a percepção imediata de que delas resultem lutas de posicionamento, ou que tenham consequências para a identificação dos indivíduos participantes. “Uma vez que as hierarquias estão embebidas nas relações sociais mais íntimas, e ‘localização social’ e ‘cultura’ estão unidas pela natureza estruturada das práticas sociais correntes”, desde que os indivíduos limitem as suas interacções e estilos de vida aos padrões que os seus lugares hierárquicos definem, “as práticas hierárquicas surgem como ‘segunda natureza’, irrelevantes e vulgares” (Bottero, 2004, p.995).

Desde os estudos de Bourdieu (1984) sobre o gosto cultural que foram reunidas vastas evidências da influência que as posições hierárquicas têm não só sobre os estilos de vida, mas ao nível dum conjunto de formas importantes e íntimas de relacionamento social. Bottero é um dos autores que têm dado particular atenção ao mapeamento das interacções entre parentes, amigos e outros parceiros, convencido de que “diferentes padrões de associação e estilo de vida *constituem* a estrutura da

estratificação social”, ou seja, que é no âmbito destas relações próximas que se jogam vantagens sociais hierárquicas e se “revelam padrões maiores de desigualdade” (Bottero & Prandy, 2003, p. 178).

Esta posição teórica reforça os argumentos de que a reprodução das hierarquias se faz dentro de círculos sociais e que é a partir das actividades mundanas que as desigualdades se concretizam e adquirem continuidade, mas ao fazê-lo e ao localizar nos momentos mais vulgares da vida social a reprodução das desigualdades, volta a salientar a natureza quase mecânica e porventura imperceptível dos actos que lhe dão forma. Já uns anos antes, Savage, reflectindo sobre a cultura da individualização, se havia referido a um dispositivo de “deflexão lateral” com efeitos idênticos na criação de “uma sociedade que rotineiramente reproduz a desigualdade social ao mesmo tempo que deflecte a atenção dos seus agentes lateralmente e não para cima e para baixo, tornando assim a questão da desigualdade social largamente ‘invisível’ e, de algum modo, ‘desinteressante’ ” (2000 p.159).

Os anos decorridos e o volume de trabalho produzido desde que esta geração de autores relançou a análise das identidades de classe permite-nos fazer balanços e encontrar consensos, apesar de algumas das perspectivas em confronto continuarem a deixar repercutir em aspectos particulares a divisão matricial das escolas fundadoras da sociologia das classes e da estratificação. Um primeiro ponto de convergência é que numa sociedade em que as desigualdades conservam toda a relevância estrutural, as antigas identidades de classe dão sinais de enfraquecimento. Maioritariamente os indivíduos mostram-se inibidos quando se trata de definir explicitamente a sua pertença a uma classe, mas a ambiguidade e o modo defensivo como se expressam está relacionado com as formas das classes enquanto entidades colectivas, e não com o reconhecimento da ligação da sua condição social a uma posição particular dentro de um espaço ordenado de desigualdades. Segundo aspecto consensual, o enfraquecimento das antigas identidades de classe não significa que as classes deixem de ser importantes para a definição das identidades individuais; o que acontece é uma transmutação das identidades de classe que se modificam na sua natureza e formas de manifestação. A importância das classes passa a revelar-se sobretudo no domínio mais restrito da acção e das atitudes quotidianas dos indivíduos face ao mundo e às relações sociais. É esta a fonte de expressão codificada e subterrânea que permite reconhecer a vitalidade contemporânea das identidades de classe, mesmo quando elas não são nomeadas. O que mudou foi portanto a natureza das identidades de classe: deixaram de ser identidades colectivas, explícitas e oposicionais, para passarem a existir sob a forma individual, implícita e relacional. Muito provavelmente as classes nunca determinaram em absoluto as identidades no passado e não há nenhuma razão para acreditar que elas o façam hoje. Mas continuam a ser um dos instrumentos fundamentais para a definição das identidades dos indivíduos nas sociedades contemporâneas.

Contributos da análise das classes para o estudo das mobilidades a partir de situações de pobreza

Os estudos da pobreza evoluem como campo sub-disciplinar, autónomo, dentro das ciências sociais, praticamente desde a sua origem. As ligações à teoria e à análise das classes são praticamente nulas, embora a história desta relação pudesse ter sido completamente diferente. Em 1963 foi publicado aquele que é o mais reputado trabalho produzido sobre a história da formação da classe operária no dealbar do séc. XIX em Inglaterra e nele Thompson (1991), crítico da visão marxista de definir as posições de classe simplesmente a partir da vinculação aos meios de produção, propõe um alargamento da noção de proletariado de modo a poder juntar os pobres às classes trabalhadoras. Os seus argumentos a favor desta solução são retirados de uma análise aprofundada da história do movimento operário, em particular da fase primitiva do seu desenvolvimento. Segundo ele, os pobres, com os seus valores frequentemente opostos ao capitalismo, tiveram um papel fundamental no surgimento das primeiras formas de mobilização e de resistência às forças do mercado. A luta contra a implantação do capitalismo industrial aparece menos confinada aos locais de produção e às lutas operárias pelos direitos laborais e mais procedente das reivindicações de consumo das comunidades trabalhadoras e de manifestações de uma cultura popular revoltada contra os privilégios económicos das classes abastadas de proprietários. Terá sido, portanto, pela participação na acção colectiva e na contestação à nova ordem social que os pobres se terão tornado, na perspectiva de Thompson, parte das ainda incipientes classes trabalhadoras.

A sugestão de Thompson não foi escutada nesse tempo e este problema suscitado pelos critérios originais de identificação das classes ficou sem resposta. É preciso esperar umas décadas para que, de entre os autores do campo neo-marxista dedicados à análise das formações de classe contemporâneas, surja o nome de Wright (1995) e a sua proposta de análise da pobreza baseada no conceito de exploração de classe. Wright propõe que o problema da pobreza seja dividido e analisado segundo duas situações distintas: a pobreza gerada no interior das relações de exploração e a pobreza gerada pela opressão não exploradora. À primeira, corresponde uma fracção das classes trabalhadoras particularmente prejudicada na retribuição que consegue obter pela venda da sua força de trabalho. É composta por trabalhadores cujas baixas qualificações e reduzida mobilidade geográfica obrigam a aceitar postos de trabalho mal remunerados e sem garantias, em empresas que, por seu turno, se encontram entre as menos produtivas e competitivas do seu sector de actividade. Os pobres que estão na segunda situação, formam aquilo que recentemente começou a ser chamado de ‘infraclasse’. Na definição neo-marxista, o conceito aplica-se “aquela categoria de agentes sociais que estão economicamente oprimidos mas não permanentemente explorados dentro de um dado sistema de classes” (1995, p. 147). O recurso base subjacente à definição desta posição é o mesmo que é utilizado para a generalidade das classes trabalhadoras: a força de trabalho. No caso da ‘infraclasse’ e da fase avançada do capitalismo, não há uma capacidade laboral que possa ser usada de modo produtivo, logo, o trabalho dos indivíduos que integram esta classe não tem qualquer valor. A opressão económica reside no impedimento de acesso a recursos que, como as

qualificações, permitiriam pelo menos a inclusão nas relações de produção exploradoras. Face à exclusão produtiva, a acção social da 'infraclasse' fica limitada à capacidade para interromper os processos de consumo, recorrendo ao crime e à violência contra a propriedade. Nesta concepção neo-marxista da pobreza, temos uma ponte entre o lumpenproletariado de Marx e os sectores mais desprotegidos das classes trabalhadoras e, sobretudo, uma solução para o paradoxo de ver uma teoria fundamental das desigualdades não definir uma posição na estrutura de classes para a mais desfavorecida de todas as categorias sociais.

Olhando para a perspectiva da estratificação e dados os critérios de definição de classe weberianos, seria de esperar menos problemas na atribuição aos pobres de uma posição específica nas estruturas de desigualdade. Apesar disso e de os autores associados à teoria da estratificação utilizarem classificações mais hierárquicas e aplicarem critérios de desigualdade menos restritivos e às vezes mesmo não explicitados, o problema da indefinição estrutural da pobreza permanece até que, em 1990, surge a primeira proposta conhecida de inclusão numa nomenclatura estratificacionista. Pertence a Runciman e identifica sete classes, sendo a última, a 'underclass', constituída por indivíduos 'sem classe', desempregados de longa duração, pessoas afastadas do sistema produtivo e a viver da mendicidade ou assistencializadas, ou seja, os pobres. Graças a este contributo e ao de Wright passámos a dispor de grelhas para avaliar quantitativamente a presença dos pobres na estrutura de classe, exactamente numa época em que o empobrecimento de estratos das classes trabalhadoras parece estar a criar estruturalmente novos pobres e, eventualmente, a mudar a face da pobreza como a conhecíamos até aqui.

A investigação que tenho em curso estuda meios sociais dominados pela pobreza, mas apenas enquanto contexto do qual emergem os indivíduos e famílias em mobilidade que constituem o verdadeiro objecto do nosso trabalho. Se pensarmos nos 'círculos viciosos' da pobreza e naquilo que a própria teoria geral das desigualdades nos ensina acerca da dificuldade extrema em conseguir sair das posições mais baixas dos sistemas de classes, temos um objecto insólito. De facto, embora não existam estatísticas globais e a observação empírica não permita dados rigorosos, estamos a lidar com situações improváveis à qual correspondem necessariamente números mais ou menos residuais. Ainda assim, pareceu-nos imperativo elegê-lo como objecto, porque, por um lado, nada se conhece sobre estes movimentos feitos a partir da base, das condições em que eles se tornam possíveis e das identidades que estas transições criam e, por outro, porque o que se pode descobrir sobre as soluções autónomas para romper com essa condição social indesejável pode, eventualmente, vir a revestir-se de interesse prático no enfrentamento da pobreza enquanto 'problema social'.

A literatura sobre as identidades de classe foi um recurso tardio, a que deitámos mão apenas depois de iniciado o trabalho de campo. As hipóteses preliminares não cobriam este aspecto da identidade e foi a observação etnográfica e os seus caminhos indutivos a solicitar-nos esse respaldo teórico imprevisto que, no entanto, foi precioso para colocar novas questões e fazer avançar, em interacção com a teoria, as descobertas do terreno. O que aprendemos então com a nova geração de estudos das identidades de classe que recenseámos ao longo deste texto e que continuamos a mobilizar nas nossas observações e interpretações, agora que o trabalho de campo começa a ficar finalizado? De seguida, sob a forma de uma simples listagem, apresentam-se algumas das ideias que fomos retirando da confrontação das investigações empíricas das identidades de classe com o nosso próprio trabalho:

- i) a abordagem inicial às identidades deve ser émica e começar por procurar critérios, categorias e dimensões de classificação interna, próprias dos grupos analisados. São elas que nos dão os códigos particulares para depois, numa fase mais avançada poder explorar, por exemplo em situações de entrevista formal, os entendimentos cognitivos acerca das terminologias externas, académicas e socialmente consignadas das classes;
- ii) as identidades de classe são discretas; exprimem-se indirectamente sobretudo por eufemismos, imagens, experiências vividas e emocionalmente sentidas; é raríssimo que termos como 'classe', ou outros da mesma natureza, sejam espontaneamente pronunciados;
- iii) a 'normalidade' das posições ('pessoas normais'; 'nem ricos, nem pobres') é a característica prevalente nas identificações, independentemente do alcance maior ou menor dos percursos de mobilidade a partir das situações de pobreza;
- iv) a pobreza é sempre objecto de condenação moral, por adopção dos discursos externos da estigmatização, mas a intensidade das recriminações varia de acordo com a distância sócio-espacial relativamente à comunidade pobre em que se viveu ou ainda se vive; quem ainda vive dentro de comunidades pobres tende a criar dispositivos de afastamento, desfiliação ou apagamento do grupo e do território;
- v) a pobreza não polui a identidade pessoal passada, de quando se foi pobre: os indivíduos em mobilidade foram 'pobres mas respeitáveis';
- v) nas representações dos indivíduos que integram grupos étnicos e minorias imigrantes, a raça suplanta a classe enquanto factor de desigualdade; as identidades étnicas não são eliminadas pelas identidades de classe;
- vi) o espaço, nas comunidades pobres, é uma referência identitária e hierarquizadora recorrente, por diferenciação interna dos espaços residenciais e através da oposição entre bairro e malha urbana exterior;
- vii) a história local, o tempo de co-residência, a ética residencial, são elementos de diferenciação estatutária ligados à organização social das comunidades que, cruzados com critérios de classe, complexificam as hierarquias e as distinções internas.

Bibliografia

- Atkinson, W. (2007). Anthony Giddens as adversary of class analysis. *Sociology* 41(3), 533-549.
- Atkinson, W. (2008). Not all that was solid has melted into air (or liquid): a critique of Bauman on individualization and class in liquid modernity. *Sociological Review* 56(1), 1-17.
- Bauman, Z. (1982). *Memories of class*. Londres: Routledge.
- Bauman, Z. (1989). *A liberdade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Bauman, Z. (2005) [1998] *Work, consumerism and the new poor*. Maidenhead: Open University.
- Bottero W. (2004). Class identities and the identity of class. *Sociology*, 38(5), 985-1003.
- Bottero W. (2005) *Stratification: Social division and inequality*. Londres: Routledge.
- Bottero W. & Prandy, K. (2003). Social interaction distance and stratification. *British Journal of Sociology*, 54(2), 177-197.
- Bourdieu, Pierre (1979) *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bradley, H. (1996) *Fractured identities. Changing patterns of inequality*. Cambridge: Polity Press.
- Bradley, H. (1999) *Gender and power in the workplace*. Cambridge: Polity Press.
- Dennis, N., Henriques F. & (1956). *Coal is our life*. Londres: Eyre and Spottiswoode.
- Devine, F. (1992). Social identities, class identity and political perspectives. *Sociological Review*, 40, 229-252.
- Devine, F. (2004). Talking about class in Britain. In F. Divine & M.C. Waters (Eds.), *Social inequalities in comparative perspective*. Oxford: Blackwell, (pp.191-213).
- Devine, F. & Savage, M. (2000). Conclusion: renewing class analysis. In R. Crompton, F. Devine, M. Savage & J. Scott. (Eds.), *Renewing class analysis*. Oxford: Blackwell, (pp.184-199).
- Giddens, A. (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta.
- Goldthorpe, J. H., Lockwood, D., Bechhofer, F. & Platt, J. (1969). *The affluent worker in the class structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pahl, R.(1989). Is the emperor naked? *International Journal of Urban and Regional Research*, 13, 711-720.
- Marshall, G., Rose, D., Newby, H. & Vogler, C. (1988). *Social class in modern Britain*. Londres: Routledge.
- Pakulski, J. & Waters, M. (1996). *The death of class*. Londres: Sage.
- Reay, D. (1998a). *Class work. Mothers' involvement in their children's primary schooling*. Londres: Routledge Falmer.
- Reay, D. (1998b). Rethinking social class: qualitative perspectives on class and gender. *Sociology*, 32(2), pp. 259-275.
- Reay, D. (2005). Beyond consciousness? The psychic landscape of social class. *Sociology*, 39(5), pp. 911-928.
- Runciman, W. (1990). How many classes are there in contemporary british sociology? *Sociology*, 24(3), pp.377-396.
- Savage, M. (2000). *Class analysis and social transformation*. Buckingham: Open University Press.
- Savage, M. (2001). Ordinary, ambivalent and defensive: class identities in the Northwest of England. *Sociology*, 35(4), 875-892.
- Southerton, D. (2002). Boundaries of 'us' and 'them': class, mobility and identification in a new town. *Sociology*, 36 (1), 171-193.
- Skeggs, B. (1997). *Formations of class and gender*. Londres: Sage.
- Skeggs, B. (2004). *Class, self, culture*. Londres: Routledge.
- Thompson, E. (1991) [1963]. *The Making of the British Working Class*. Londres: Penguin Books.
- Young, M. & Willmott P. (1983) [1957]. *Le village dans la ville*. Paris: Centre Georges Pompidou.
- Wright, Eric Olin (1995). "El análisis de clase de la pobreza" In J. Carabaña, (ed.), *Desigualdad y clases sociales. Un Seminario en torno a Erik Olin Wright*. Madrid: Fundación Argentaria-Visor Distribuciones.